

DIREITOS HUMANOS E ENSINO JURÍDICO: UMA SUPERAÇÃO DOS MODELOS ASSISTENCIALISTAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Júlio Aguiar de Oliveira
Gerlis Prata Surlo

RESUMO

O modelo tradicional de extensão dos cursos de Direito representado pelos núcleos de prática jurídica, encontra-se em crise. Isso porque, nesse modelo, os alunos desenvolvem atividades mecânicas que impedem as discussões em conjunto, a crítica e a busca de soluções criativas. Esse tipo de atividade extensionista harmoniza-se com um projeto de formação acadêmica orientada por uma perspectiva positivista de compreensão e realização do Direito, que reduz o Direito à lei e o afasta da realidade. Diante desse cenário, o objetivo do presente artigo é apresentar a experiência do programa de extensão NDH-UFOP (*Núcleo de Direitos Humanos da UFOP*), exemplo de atividade acadêmica voltada para uma verdadeira formação do estudante de Direito. Uma formação que pressupõe, necessariamente, o desenvolvimento de habilidades que possibilitem uma interpretação do Direito comprometida com a complexidade do real.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino jurídico, Extensão universitária, Direitos Humanos, Comunidades locais.

ABSTRACT

The traditional model of law university community extension, represented by legal practice units, is in crisis. In that model, students develop mechanical activities that prevent discussions, criticism and the search for creative solutions. This type of extension is in conformity with a positivist academic prospect guided by an understanding of the Law, which reduces it to the text of the law and separates it from the reality. In this scenario, this article aims to present the experience of the program NDH-UFOP (*Núcleo de Direitos Humanos da UFOP*), example of academic activity focused on a true academic formation of the student of Law. This kind of Law School education aims, necessarily, developing skills that allow an interpretation of the Law committed to the complexity of the real.

KEYWORDS: Legal education, university community extension, Human Rights, Local communities.

As atividades de extensão dos cursos de Direito são, tradicionalmente, desenvolvidas dentro dos núcleos de prática jurídica. Esse modelo bem sucedido de extensão nos cursos de Direito passa, no entanto, por uma crise. Isto porque, ao assumirem a responsabilidade da prestação gratuita de assistência jurídica, os núcleos de prática se vêem tentados a, conseqüentemente, assumirem a lógica de funcionamento de escritórios de advocacia ou de defensorias públicas, esquecendo-se, muitas vezes em nome da quantidade de trabalho, das suas especificidades enquanto atividade extensionista, vinculada ao projeto de formação de profissionais da área do Direito. Dessa forma, não é incomum encontrarmos, em núcleos de prática jurídica, alunos desenvolvendo atividades próprias da advocacia com pouca ou nenhuma orientação, alunos “aprendendo” a redigir petições com base em modelos pré-fabricados, alunos com quantidades excessivas de processos sob suas responsabilidades e ambientes nos quais a carga de trabalho e a rotina burocratizada impedem as discussões em conjunto, a crítica e a busca de soluções criativas.

Por outro lado, ainda que atentos contra o perigo de se transformarem em simples prestadores de assistência jurídica gratuita, os núcleos de prática jurídica não devem ser vistos como a única alternativa de prática extensionista dos cursos de Direito. Há outras possibilidades de projetos ou programas de extensão que podem e devem ser realizadas. Possibilidades que são tão mais necessárias quanto mais se posicionem na contramão da tendência atual de transformação dos cursos de Direito em cursos preparatórios para cursinhos preparatórios para concursos. Reduzir a formação em Direito a uma maratona de memorização de leis e manuais é uma das mais irresponsáveis conseqüências da proliferação de cursos de Direito orientados por uma lógica de mercado que, por sua vez, encontra respaldo nos já desgastados métodos de seleção utilizados nos concursos públicos das carreiras jurídicas. A lógica é simples: se o que os concursos para as carreiras jurídicas exigem é, essencialmente, capacidade de memorização de textos normativos e “doutrinas”, por que se preocupar com extensão ou com pesquisa? No entanto, são perversas as conseqüências dessa lógica, principalmente na medida em que, num sentido geral, contribuem para a conservação de uma perspectiva positivista de compreensão e realização do Direito, que afasta o Direito da complexidade do real e impede a percepção da centralidade da interpretação na própria positividade da norma¹.

Neste artigo, nosso principal objetivo é a apresentação da experiência do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP (NDH-UFOP), programa de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto. Esse objetivo se justifica porque consideramos ser o NDH-UFOP um exemplo de atividade acadêmica voltada para verdadeira formação do estudante de Direito. Uma formação que se orienta pela tese de que aprender a encontrar o Direito na lei não pressupõe apenas o conhecimento da lei, mas pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da realidade a partir do texto da lei como também pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da lei a partir da realidade (Cf. GRAU, 2005).

Para a apresentação da experiência do NDH-UFOP, seguiremos o seguinte roteiro: 1) a história da criação do NDH-UFOP; 2) as ações e os projetos desenvolvidos pelo NDH-UFOP, desde a sua criação até o momento atual; 3) os eventos realizados pelo NDH-UFOP; 4) síntese dos desafios enfrentados e 5) conclusão.

O Núcleo de Direitos Humanos da UFOP é um Programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEx) da Universidade Federal de Ouro Preto. Sua criação foi motivada pela experiência do Projeto Reconhecer, desenvolvido no Departamento de Direito da UFOP em virtude da iniciativa do Programa Reconhecer da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação². O Projeto Reconhecer da UFOP³ foi realizado em 2006 e teve como objetivo principal a identificação de necessidades e produção de demandas da população carcerária da cadeia de Ouro Preto e de cidades vizinhas. O projeto se concretizou nas seguintes ações: a) investigação das condições do cumprimento da pena, visita às cadeias públicas e entrevista com promotores e juízes de Execução Penal; b) investigação do Método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), reconhecido, pelo Projeto, como a melhor alternativa para o cumprimento da pena; c) organização do Seminário de Encerramento do Projeto Reconhecer, com a presença de professores, juízes, promotores e “recuperandos”⁴ do método APAC no Estado de Minas Gerais.

Esse envolvimento com a realidade da execução penal em Ouro Preto e em cidades próximas motivou a equipe do Projeto Reconhecer a procurar dar continuidade e a ampliar as ações extensionistas voltadas para os direitos humanos. A partir desse impulso, surgiu a proposta de criação de um Núcleo de Direitos Humanos, capaz de propor, organizar e realizar ações diversificadas, relacionadas não apenas à execução penal, mas aos direitos humanos em geral. Nesse sentido, foi criado o Projeto de Extensão NDH-UFOP (Núcleo de Di-

reitos Humanos da UFOP), em 2007, com características próprias de um Programa de Extensão, devido à distribuição das atividades em várias ações extensionistas distintas.

Desde o início, o NDH-UFOP tem se orientado, na elaboração e na realização de suas ações e projetos, por um compromisso com o diálogo com as comunidades envolvidas. Essa interação com as comunidades locais somente pôde se concretizar devido à parceria estabelecida, logo de início, com a Paróquia de Cristo Rei, no bairro Bauxita, na cidade de Ouro Preto. Em virtude dessa parceria, foi – e continua sendo – possível identificar as demandas específicas das comunidades. A parceria permite, ainda, que as ações e projetos sejam desenvolvidos com efetiva participação da comunidade. Um símbolo dessa parceria é a disponibilização de uma sala para as atividades do NDH-UFOP no Centro Pastoral da Paróquia Cristo Rei, o que facilita e incentiva o contato da população local com o NDH-UFOP.

A metodologia básica adotada pelo Núcleo de Direitos Humanos da UFOP é a pesquisa-ação. Segundo Michel Thiollent (2005), trata-se de um método de pesquisa alternativo que pressupõe efetiva interação entre os pesquisadores e as pessoas dos grupos sociais pesquisados e que torna possível a busca, em conjunto, de soluções realistas para a os problemas encontrados.

Em 2008, o Núcleo de Direitos Humanos, até então um Projeto de Extensão, transformou-se em Programa de Extensão. Nessa nova fase, o NDH-UFOP tem consolidado suas parcerias e a sua atuação na comunidade de Ouro Preto, tendo sido capaz de identificar, com maior precisão, as ações e projetos mais coerentes com a realidade e o espaço no qual atua e, também, com as suas próprias vocações e limitações.

O Programa de Extensão NDH-UFOP, formalizado em 2008, representa o crescimento e o amadurecimento do NDH-UFOP, criado como um Projeto de Extensão. A partir dessa primeira experiência, foi possível consolidar, ampliar e aprimorar as ações que o levaram, da categoria de projeto, à categoria de Programa de Extensão atualmente composto pelos seguintes projetos:

CURSO “EDUCAÇÃO PARA CONSUMO CONSCIENTE E DIREITO DO CONSUMIDOR”

A proposta do curso “Educação para o Consumo Consciente e Direito do Consumidor” surgiu como demanda da comunidade do bairro Bauxita, por meio da Paróquia de Cristo Rei, como resposta aos altos índices de endividamento na região e ao grande número de reclamações recebidas pelo PROCON de Ouro Preto. O objetivo é refletir sobre as relações de consumo, o problema do consumismo, bem como incentivar os participantes a desenvolverem uma postura mais crítica e participativa em suas relações de consumo.

O curso, elaborado em parceria com a Paróquia de Cristo Rei, com a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e com o Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (PROCON) de Ouro Preto, realizou-se em 2007, em 2008 e em 2009 nos centros de pastoral das referidas paróquias. O público foi composto, em sua maioria, de moradores das Comunidades e lideranças comunitárias. Durante os encontros os participantes puderam fazer intervenções, houve atividades em grupo e troca de conhecimento entre os participantes, criando oportunidades para os envolvidos

exporem suas expectativas e experiências. Nas edições do curso, ocorreu a participação dos coordenadores do PROCON de Ouro Preto, que relataram a atuação do órgão e os principais motivos de reclamações encaminhadas ao mesmo. O curso, procura aprimorar a metodologia, empregando novos métodos de interação com os participantes.

PARCERIA COM O CURSINHO PRÉ-UNIVERSITÁRIO E PRÉ-TÉCNICO HUMANISTA

Nessa ação, foi realizada uma articulação entre dois projetos de extensão, o NDH-UFOP e o Pré-Universitário e Pré-Técnico Humanista. O Projeto objetiva a preparação dos alunos das comunidades vulneráveis de Ouro Preto para o Vestibular da UFOP e para os exames de seleção do CEFET-Ouro Preto. Nesse contexto, a ação do NDH-UFOP teve como objetivo específico o fornecimento de professores e monitores da disciplina de História e Geopolítica. Em 2008, essa ação transforma-se em projeto. O projeto “Parceria com o Cursinho Pré-Universitário e Pré-Técnico Humanista” é a continuidade da ação extensionista em parceria com o Cursinho Humanista, criada em 2007. Esta nova fase caracteriza-se pelo amadurecimento da parceria, por meio da continuidade do provimento de professores e de monitores. Este projeto resultou na elaboração do material didático de História e Geopolítica pelo NDH-UFOP. Neste material há conteúdos relacionados aos Direitos Humanos para discussões durante as aulas.

CONSTRUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SITE DO NDH-UFOP

A construção de um *site* surgiu da necessidade de divulgação das atividades do NDH-UFOP para a comuni-

dade, bem como da necessidade de criação de um espaço virtual de intercâmbio de experiências sobre Direitos Humanos entre Universidades, ONGs e órgãos governamentais. O *site* do NDH-UFOP⁵ foi construído em julho de 2007, dentro do domínio da Universidade Federal de Ouro Preto. Nele, há informações sobre as ações extensionistas, a equipe, os eventos, bem como textos escritos pelos membros do NDH-UFOP.

Como prova da efetiva inserção do *site* do NDH-UFOP na rede virtual de troca de experiências em Direitos Humanos, a DHNet – Rede Direitos Humanos e Cultura⁶ concedeu ao *site* o reconhecimento com o selo Direitos Nota 10. O selo é concedido a páginas na *internet* que contribuem, por sua qualidade e conteúdo, para a discussão e valorização de temas relacionados a Direitos Humanos. A rede DHNet é reconhecida, por órgãos como a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como o portal que possui o maior acervo de dados no campo dos Direitos Humanos em língua portuguesa.

A ação de construção do *site* do NDH-UFOP se transformou, no contexto da transformação do NDH-UFOP em Programa de Extensão em 2008, no projeto de atualização do *site* do NDH-UFOP. Esse projeto objetiva o desenvolvimento da capacidade de atualização constante da página na *internet* do NDH-UFOP.

CURSO “DIREITOS DO IDOSO”

A proposta do curso sobre direitos do idoso surgiu como demanda dos participantes do curso “Educação para o Consumo Consciente e Direito do Consumidor”, o que aponta para o reconhecimento da Educação em Direitos Humanos como uma das principais vocações do NDH-UFOP. O projeto justifica-se pela necessidade de criação de condições para que o

idoso exerça seus direitos como cidadão, promovendo ações que busquem a emancipação e a elevação de sua auto-estima.

O curso, realizado na Paróquia de Cristo Rei, bairro Bauxita, em Ouro Preto, contribuiu para a conscientização da população local sobre os direitos do idoso, possibilitando um debate em torno do reconhecimento, valorização do seu papel social e construção de uma visão crítica em relação aos problemas enfrentados, possibilitando uma interferência eficaz em suas comunidades a fim de buscarem meios de melhorar suas condições de vida. Na segunda edição em 2009, realizado no Centro Social da Família Ouro-Pretana, o curso procurou verificar as situações cotidianas que envolvem os idosos no município de Ouro Preto numa tentativa de transformar os educandos em multiplicadores de novas perspectivas nas comunidades.

Em relação ao aspecto metodológico, o curso incorporou à pesquisa o método Paulo Freire, privilegiou a dialogicidade e o respeito ao educando (Cf. FREIRE, 1983). Além disso, a equipe do NDH-UFOP, na organização e elaboração do curso, buscou na realidade específica de Ouro Preto, trabalhando junto com associações locais relacionadas ao idoso, os temas que foram abordados nos encontros, de forma a criar uma identificação maior dos participantes com o assunto.

ARTICULAÇÃO COM AS ESFERAS DE CIDADANIA

A extensão, como prática acadêmica que visa à transformação social através da emancipação das pessoas atingidas, exige que suas ações se desenvolvam em conformidade com as verdadeiras demandas das comunidades. Para isto, é necessário que todos os envolvidos participem, efetivamente, da construção das ações,

desde a sua concepção até as fases finais de execução.

Esse projeto busca detectar, constantemente, as demandas das comunidades, mediante o diálogo permanente com as organizações aglutinadoras de forças comunitárias, como associações, comitês, conselhos de direitos, fóruns, conselhos de políticas públicas e instituições de ensino. A partir daí, pretende-se realizar ações concretas direcionadas à resolução e/ou mitigação dos problemas encontrados. Este é, portanto, um projeto que tem a responsabilidade de atuar como uma ferramenta de investigação e incentivo de novas propostas de projetos. Objetivo esse que vem sendo cumprido em 2009 com a realização de pesquisa diagnóstica, em parceria com o Projeto Pacificar do Ministério da Justiça, junto às entidades sociais de Ouro Preto a fim de levantar demandas junto às comunidades.

ASSESSORIA JURÍDICA COMUNITÁRIA

O projeto Assessoria Jurídica Comunitária é uma demanda da comunidade, especificamente do Conselho Pastoral da Paróquia de Cristo Rei para atendimento dos indivíduos inseridos na região da Bauxita em vulnerabilidade social. Trata-se de um projeto em fase de implantação pelo NDH-UFOP em 2009, de ação concreta detectada pelo Projeto Articulações com as Esferas de Cidadania no ano de 2008. A proposta objetiva superar o modelo assistencialista prestado pelos escritórios modelos das faculdades de Direito e construir um diálogo com as comunidades visando a educação para a cidadania. Especificamente, o projeto visa atender os indivíduos residentes na região da Bauxita em vulnerabilidade social. As atividades serão desenvolvidas no Centro Pastoral da Paróquia de Cristo Rei.

Os atendimentos serão realizados de maneira individual pelos pesquisadores-extensionistas do NDH-UFOP mediante trabalho de escuta e aconselhamento. As demandas apresentadas pela comunidade serão submetidas aos professores do Departamento de Direito - DEDIR e consultadas em bibliografia indicada pelos mesmos, conforme a disciplina recorrente. Na semana seguinte, os resultados do trabalho de pesquisa serão levados à comunidade de acordo com cada demanda. Assim, as demandas poderão ser solucionadas mediante processo de mediação ou encaminhamento ao Núcleo de Assistência Jurídica da UFOP. No momento posterior, cada demanda se transformará em artigo acadêmico, disponibilizados no site do Programa NDH-UFOP.

OBSERVATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

O “Observatório da Câmara Municipal” é um projeto do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP em parceria com a Câmara Municipal de Ouro Preto, sua Comissão Permanente de Direitos Humanos e o projeto “Articulação com as esferas de cidadania”. Este projeto visa à criação de um espaço de observação e diálogo entre o Núcleo de Direitos Humanos da UFOP e a Câmara Municipal de Ouro Preto no contexto das questões relativas aos direitos humanos. Considerando o relevante significado do Poder Legislativo Municipal, apresenta-se oportuno o estabelecimento de uma estrutura de observação e diálogo dos trabalhos do legislativo local. Uma estrutura apta a contribuir para a utilização e o desenvolvimento das diversas vias disponíveis para a promoção dos direitos humanos. Para que este trabalho possa circunscrever os problemas de fato, a parceria com o projeto “Articulação com as esferas da cidadania” é

essencial, já que o mesmo objetiva, a partir do diálogo com as entidades civis, identificar as demandas específicas e, juntamente com as lideranças comunitárias, buscar soluções a serem encaminhadas sob forma de ações concretas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O projeto “Direito da Criança e do Adolescente” é uma ação do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Pautado na proteção e promoção dos direitos infanto-juvenis, busca-se através do curso “Direito da Criança e do Adolescente” orientar a comunidade de forma geral sobre os direitos e garantias fundamentais a partir da construção de ações emancipatórias com as comunidades, de forma a torná-las sujeitos ativos na transformação de sua própria realidade e não meros receptores de ações externas.

PARLAMENTO JOVEM

A instituição do Parlamento Jovem na Câmara Municipal de Ouro Preto é uma parceria entre o Legislativo Municipal e o NDH-UFOP, visa proporcionar aos jovens locais formação cidadã e vivência da prática democrática, envolvendo-os na discussão de problemas sociais e na elaboração de propostas para solucioná-los. É, sem dúvida, uma das mais eficientes maneiras de inseri-los na vida política e de mostrar-lhes que a cidadania se constrói com a participação efetiva de todos, com apreço ao diálogo, respeito à opinião dos outros e com responsabilidade. A proposta se desenvolverá em parceria com a Câmara Municipal de Ouro Preto e outras instituições externas como a Escola

Legislativa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

EVENTOS: PALESTRAS E SEMINÁRIOS

Os eventos sempre tiveram importância no desenvolvimento do NDH-UFOP, tanto na medida em que possibilitam a criação de um espaço amplo de discussão em torno de temas relacionados aos direitos humanos, como também na medida em que ajudam no desenvolvimento da capacidade de organização e de trabalho em conjunto dos integrantes do NDH-UFOP.

O NDH-UFOP, em junho de 2007, organizou uma palestra com o Prof. Jean-Christophe Merle, da Universidade de Saarbrücken (Alemanha): “Kant’s Theory of Criminal Justice: A Moral Justification?” (Teoria da Justiça Criminal em Kant: Uma Justificação Moral?). Evento contou com a participação, como debatedores, do Prof. Alexandre Travessoni Gomes e do Prof. Júlio Aguiar de Oliveira.

Em julho de 2007, foi realizado o I Seminário Interno do NDH-UFOP, no Centro de Pastoral da Paróquia de Cristo Rei. No evento, destinado aos membros do NDH-UFOP, as professoras Miracy Barbosa Gustin e Sielen Caldas, respectivamente Coordenadora e Sub-Coordenadora do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, relataram as experiências do Programa Pólos de Cidadania, que é referência em extensão no Brasil. A palestra teve grande importância para a construção das estratégias e das diretrizes metodológicas do NDH-UFOP.

O NDH-UFOP organizou, em parceria com o Departamento de Filosofia da UFOP, o I Seminário Internacional de Ética e Direitos Humanos, ocorrido em novembro de 2007, no auditório do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. O evento teve como palestrantes professores de instituições brasi-

leiras e estrangeiras, convocados ao exercício da reflexão e do debate sobre questões ligadas à ética e aos direitos humanos. Além das palestras e das discussões, foram apresentadas comunicações de pesquisadores de diversas partes do país.

Em junho de 2009, o Núcleo de Direitos Humanos da UFOP realizou, no auditório do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto, a palestra: “As Profissões Jurídicas nos Andes Coloniais”, ministrada pelo Prof. Renzo Honores – Mestre pela Universidade do Peru e PhD pela Universidade da Flórida, atualmente, é professor da High Point University, na Carolina do Norte, EUA. A palestra teve como debatedores o Prof. Dr. Júlio Aguiar de Oliveira e o Prof. Ms. Herman Nébias Barreto.

Além disso, no ano de 2009, o NDH-UFOP realizou juntamente com o Departamento de Direito da UFOP, o Projeto Pacificar – Ministério da Justiça e o Centro Acadêmico Pedro Paulo o II Congresso Mineiro de Extensão em Direito, I Congresso Mineiro de Iniciação Científica em Direito e a Inauguração do Núcleo de Mediação e Cidadania do Curso de Direito da UFOP, no Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto, com o objetivo de transformar as atividades de extensão em parte integrante das atividades de investigação e de ensino. O evento contou com a participação de professores de diversas Universidades do país, profissionais da área e estudantes. Além das palestras, foram apresentadas comunicações científicas abordando os temas propostos pelo evento que promoveu a discussão sobre as tendências e perspectivas da extensão e da pesquisa no contexto local, estadual e nacional, de forma a suprir a demanda de informação sobre as experiências da extensão, da pesquisa universitária e da mediação de conflitos.

OS DESAFIOS ENCONTRADOS

A partir da experiência do NDH-UFOP, foi possível constatar que os maiores desafios são decorrentes da própria natureza da atividade de extensão. A extensão possui, essencialmente, uma enorme carga de incerteza e imprevisibilidade. Na extensão, a atividade se desenvolve em contato direto com a realidade, que, a todo o momento, revela sua complexidade. Ao exigir que os alunos pesquisadores-extensionistas saiam do ambiente estritamente acadêmico, eles são levados a perceberem que as ações extensionistas não se contêm dentro dos limites do planejado, exigindo atenção especial e capacidade de adaptação para a realização dos objetivos dos projetos. Mas, é justamente isso que dá sentido à extensão, enquanto “oportunidade do saber científico desenvolver-se com abertura para a sabedoria criada e posta em prática na dinâmica social” (COSTA, 2007: 11) e a transforma em uma dimensão especialmente relevante no contexto da formação em Direito. A vivência intensa da realidade social e a convivência com as pessoas, promovidas pela extensão, permitem que os pesquisadores adquiram a sensibilidade e a acuidade de juízo indispensáveis para o bom exercício das atividades próprias das profissões jurídicas.

Outro grande desafio, constante em todas as atividades do NDH-UFOP, é o comprometimento com a efetiva participação das comunidades envolvidas. De fato, seria mais simples se as ações fossem elaboradas dentro da Universidade, pelos pesquisadores, e simplesmente oferecidas, prontas, à população local. Porém, a riqueza da atividade extensionista está precisamente na necessidade constante de ouvir as pessoas e extrair daí as possibilidades de ação. Esta foi, desde o início, uma importante diretriz do NDH-UFOP.

Somente por meio da interação constante entre pesquisadores e moradores locais torna-se possível a elaboração de ações verdadeiramente emancipatórias. Um pressuposto fundamental de qualquer atividade extensionista é a identificação da comunidade investigada com as ações realizadas. É preciso, antes de tudo, que a comunidade queira determinadas iniciativas. Dessa forma, as pessoas reconhecem na atividade extensionista uma possibilidade de desenvolverem suas capacidades. Por fim, resta dizer que a própria estruturação do NDH-UFOP se revelou desafiadora. A consolidação da equipe do projeto e, posteriormente, do programa, exigiu de todos os participantes o desenvolvimento das habilidades de ouvir uns aos outros e de trabalharem em conjunto. Com o estabelecimento das parcerias, essas dificuldades aumentam. A partir das experiências do NDH-UFOP, a equipe percebeu que, no caso das parcerias, é indispensável definir, com precisão, os limites e papéis de cada parte, desde o momento em que se convencionam a parceria. Se não existe uma definição precisa das funções de cada um dos parceiros, são grandes as chances de se criarem expectativas equivocadas e dos objetivos fracassarem.

CONCLUSÃO

O NDH-UFOP representa uma experiência em extensão universitária comprometida com uma verdadeira formação em Direito. Os pesquisadores extensionistas aprendem lições que não poderiam ser ensinadas nas salas de aula ou na leitura de manuais. Por meio da extensão, compreende-se que a realidade, por ser, inevitavelmente, complexa e imprevisível, transforma a atividade da descoberta do direito numa atividade essencialmente artesanal. Percebe-se que, para uma interpretação justa das leis, é preciso, antes de

tudo, compreender a realidade que o Direito ordena. Isto envolve a habilidade de saber ouvir as pessoas e compreender, a fundo, os problemas sociais. No meio acadêmico, somente a extensão é capaz de desenvolver a sensibilidade e o discernimento necessários para o desenvolvimento da capacidade de interpretação do ordenamento normativo a partir de uma profunda compreensão do caso concreto.

A verdadeira atividade extensionista, como um reflexo da complexidade da realidade, obriga os pesquisadores a lidarem com situações inesperadas, inerentes às relações humanas. São com situações como essas que os estudantes de Direito, mais tarde, irão se deparar ao exercerem o ofício de juristas.

Uma formação que se orienta pela tese de que aprender a encontrar o Direito na lei não pressupõe apenas o conhecimento da lei, mas pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da realidade a partir do texto da lei como também pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da lei a partir da realidade (Cf. GRAU, 2005). Estabelecer uma nova atitude na formação jurídica parte da constatação da complexidade da realidade social, o que impossibilita a redução da extensão em Direito a ações previamente estabelecidas, correndo-se o risco de propor ações não verdadeiramente desejadas e justificadas pelos participantes. Nesse sentido, a atividade extensionista deve ser flexível, apta a se adequar às demandas e aos desafios do contexto social no qual está inserida. O NDH-UFOP, como exemplo de verdadeira experiência extensionista, objetiva transformar os direitos humanos em práticas comuns das comunidades, já que efetivação dos direitos humanos envolve, necessariamente, sua vivência no âmbito das relações sociais. Nesse sentido, o objetivo central do NDH-UFOP é ensinar e aprender os direitos humanos a partir do compromisso de viver os direitos humanos.

NOTAS

¹ Sobre esta questão, vide o trabalho essencial de Paolo Grossi, *Mitologias Jurídicas da Modernidade* (GROSSI, 2005).

² A apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Reconhecer – MEC destaca: “A cultura jurídica difundida nas Faculdades de Direito do Brasil tem dado pouca atenção às demandas sociais e coletivas. Necessária faz-se a promoção de uma nova cultura nas Faculdades de Direito que venha a estabelecer um caminho para a formação cidadã dos estudantes, orientada pelos Direitos Humanos. E, nesse sentido, possibilitar que os cursos de direito reflitam sobre a sua estrutura e venham a contemplar espaços de formação que se dediquem às necessidades dos grupos mais vulneráveis poderá ser uma importante contribuição para a gestação de uma cultura jurídica mais comprometida com os desejos da comunidade, na perspectiva de emancipação social”. (RECONHECER, 2006). Mais detalhes a esse respeito: Secretaria de Educação Superior: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=675&Itemid=303#Objetivos>.

³ Para maiores informações sobre o Projeto Reconhecer da UFOP: <http://www.ufop.br/reconhecer/>

⁴ Nas unidades das APACs, os presos são denominados “recuperandos”.

⁵ <http://www.ufop.br/ndh>

⁶ <http://www.dhnet.org.br>

REFERÊNCIAS

Costa, Alexandre Bernardino (Org.). *A experiência da extensão universitária da Faculdade de Direito da UNB*. Vol. 3. Brasília, 2007.

Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 12^a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

Grau, Eros Roberto. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito*. 3^a Edição. São Paulo, Malheiros, 2005.

Gustin, Miracy Barbosa de Sousa. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de Sociologia e Filosofia do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

Santos, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4^a edição: São Paulo: Cortez, 2000.

Thiollent, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Júlio Aguiar de Oliveira
Professor Doutor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP e da Pontifícia Universidade Católica-MG e Coordenador-Geral do Programa de Extensão Núcleo de Direitos Humanos da UFOP. J.aguiardeoliveira@gmail.com

Gerlis Prata Surlo
Graduando em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto –UFOP e Coordenador-Adjunto do Programa de Extensão do Núcleo de Direitos Humanos /UFOP, gerlisprata@yahoo.com.br.